





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Subsecretaria de Regularização Ambiental - SURAM

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (LAS) nº 0546276-2018			
PA COPAM Nº: 29790/2015/1/2017.		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR:	Fernando Cagliari Miguel	CNPJ:	012.858.916-78
EMPREENDIMENTO:	Fazenda Valinho e Piedade (matrículas 244 e 10.227)	CNPJ:	012.858.916-78
MUNICÍPIO(S):	Monte Alegre de Minas	ZONA:	Rural
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: • Não há incidência de critério locacional			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
G-02-04-6	Suínocultura	3	0
G-02-07-0	Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos, e caprinos, em regime extensivo	NP	0
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:  Daniel Herberto Graminho		REGISTRO:  ART 14201800000004536950/ CREA RS 136614/D	
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	ASSINATURA
Ana Cláudia de Paula Dias Gestora Ambiental		1.365.044-5	 Ana Cláudia de Paula Dias Gestora Ambiental SUPRAM TM/AP MASP: 1.365.044-5
De acordo:  Rodrigo Angelis Alvarez Diretor Regional de Regularização Ambiental		1.191.774-7	





**Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (LAS) nº 0546276-2018**

O empreendimento Fazenda Valinho e Piedade (matr. 244 e 10.227) do Sr. Fernando Cagliari Miguel atua no ramo agrossilvipastoril, exercendo suas atividades no município Monte Alegre de Minas - MG. Em 23/05/2018, foi formalizado, na Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, o processo administrativo de licenciamento ambiental simplificado de nº 29790/2015/1/2017, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS). Foram solicitadas informações complementares – Of. SUPRAM TMAP nº 2158/2018, sendo as mesmas respondidas em 26/07/2018 (R0133581/2018) e em 02/08/2018 (R0137507/18).

As atividades do empreendimento objeto deste licenciamento, suinocultura- crescimento e terminação-, para o alojamento de 3.300 animais e bovinocultura, para a ocupação de 35 ha de pastagem (30 animais), justificam a adoção do procedimento simplificado. As atividades mencionadas estão sendo conduzidas numa propriedade de 81,7548 ha, sendo 2,0 ha de área construída.

A água consumida e usada na propriedade é oriunda de 1 captação em curso d'água não identificado, sendo apresentada a Certidão de Registro de Uso Insignificante de Recurso Hídrico cadastro nº 70238/2018 e 1 captação subterrânea - processo de outorga nº 5434/2018, com análise técnica concluída para deferimento.

Como principais impactos inerentes às atividades de suinocultura, avicultura e bovinocultura e devidamente mapeados no RAS, tem-se, principalmente, a geração de efluentes líquidos e resíduos sólidos. A geração de ruídos - emissão de sons pelos animais e pela movimentação de veículos-, não é alvo de mitigação, devido à localização do empreendimento no meio rural – distante das aglomerações urbanas.

O efluente de natureza sanitária é direcionado para fossa séptica seguida de sumidouro e os efluentes oriundos dos 2 galpões de suinocultura são direcionados para 3 lagoas de estabilização - sendo que duas delas eram antigos biodigestores-, impermeabilizadas, e após o tratamento são aplicados em área de pastagem- 44 ha dentro dos limites da propriedade e em 10 ha na propriedade vizinha (com anuência do proprietário – R0140923/2018)-, por meio de fertirrigação, numa taxa de 258 m<sup>3</sup>/ha/ano.

**É importante que o empreendedor se atente para os resultados das análises de solo a ser realizadas, para que não haja comprometimento da qualidade do solo e, dependendo destes, caso seja necessário, o mesmo deve apresentar uma área alternativa para aplicação dos dejetos suínos, o que deve ser avaliado por um profissional técnico habilitado para tal, conforme previsto na condicionante 1 do Anexo II deste Parecer.**

**Vale ressaltar que a limpeza – remoção do lodo - das lagoas de estabilização deve ser promovida assim que 1/3 do volume total destas estiver ocupado com o lodo, a fim de garantir a eficiência do sistema de tratamento.**

Quanto aos resíduos sólidos: os animais mortos oriundos da suinocultura são dispostos em locais específicos (composteiras), para a realização do processo de compostagem, posteriormente, são usados como adubo orgânico em área de pastagem dentro da propriedade; os animais mortos da bovinocultura são dispostos em valas e cobertos com solo; as embalagens vazias de medicamentos são acondicionadas em tambores e recolhidas pela BRF S.A. que as encaminha para a Inca - Incineração e Controle Ambiental; os resíduos domésticos são destinados à coleta do município de Monte Alegre de Minas e os restos de comidas são utilizados em compostagem.





Foi apresentado o protocolo de inscrição do imóvel no CAR, Cadastro Ambiental Rural – Recibo número MG-3142809-CBCE.9FF8.72E8.4885.9E8F.E801.0EF2.3FE4, com área de reserva legal declarada de 17,9712 ha.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento Fazenda Valinho e Piedade (matrículas 244 e 10.227) do comodatário Sr. Fernando Cagliari Miguel para as atividades de “Suinocultura” e “Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos, e caprinos, em regime extensivo”, no município de Monte Alegre de Minas-MG”, pelo prazo de 10 anos”, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

**Este parecer técnico foi elaborado com base unicamente nas informações prestadas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e demais documentos anexados aos autos do processo. Não foi realizada vistoria ao local, sendo, portanto, o empreendedor e, ou consultor o(s) único(s) responsável(is) pelas informações prestadas e relatadas neste parecer.**





### ANEXO I

#### Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento "Fazenda Valinho e Piedade (matrículas 244 e 10.227)"

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

#### IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, face ao desempenho apresentado;

*Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*





## ANEXO II

### Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “Fazenda Valinho e Piedade (matrícula 244 e 10.227)”

#### 1. Solo

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Nas áreas submetidas às aplicações dos adubos orgânicos (efluente do sistema de tratamento dos dejetos suínos e composto oriundo da composteira) <sup>1,2,3,4</sup>	<b>pH, N (Nitrogênio), K (Potássio), P (Fósforo), Ca (Cálcio), Mg (Magnésio), S (Enxofre), Al (Alumínio), Na (Sódio), Cu (Cobre), Zn (Zinco), CTC, C (Carbono) e Matéria Orgânica.</b>  Somente no primeiro ano o empreendedor deverá analisar a textura do solo.	Anualmente

(1) Seguir recomendação da aplicação de compostos orgânicos elaborada por técnico habilitado, seguindo os princípios agrônômicos e projetos pertinentes.

(2) A recomendação da taxa de aplicação dos fertilizantes orgânicos no solo deve ser elaborada/revista anualmente de acordo com os critérios agrônômicos

(3) A amostragem deverá ser realizada nas camadas de 0-20 cm e 20-40 cm, conforme “Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais, 5ª Aproximação, capítulo 1 – Amostragem de solo, pg. 13 -20” (Lopes & Alvarez, 1999) e possíveis atualizações.

(4) A cada análise realizada, apresentar croqui da área com os pontos de amostragem georreferenciados. Caso a aplicação ocorra em propriedade diversa, anexar anuência do proprietário.

**Relatórios:** Enviar à Supram, no 1º ano, no 5º ano e no 10º ano da vigência da licença ambiental (até o 20º dia do mês subsequente às análises realizadas), as análises de solo realizadas anualmente, acompanhadas de laudo técnico conclusivo quanto ao balanço nutricional do sistema solo-planta, com ênfase no estado nutricional do solo e sua condição em continuar recebendo o tipo de fertilizante com vistas aos aspectos ambientais. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem. Na impossibilidade da realização de amostragem pelo responsável técnico, o empreendedor deve cumprir as exigências dispostas no Art. 4º da Deliberação Normativa COPAM nº 216, de 27 de outubro de 2017, para tal. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

**Métodos de análise:** Conforme “Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais, 5ª Aproximação, capítulo 4 – Apresentação dos resultados das análises de solo, pg. 21 - 24” (Lopes & Alvarez, 1999) e possíveis atualizações.

11





## 2. Resíduos Sólidos

Enviar anualmente à Supram TMAP, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 <sup>1</sup>	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma <sup>2</sup>	Empresa responsável				
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento ambiental		
									Nº processo		Data da validade

(<sup>1</sup>) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(<sup>2</sup>) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.

✓